



Relatório dos Auditores Independentes

Recomendações sobre os procedimentos Contábeis e de Controles Internos

Em 31 de dezembro de 2020



AO

INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DA CEG – GASIU

RIO DE JANEIRO - RJ

Senhores Diretores

AUDITORIA EXTERNA – Relatório – Vimos submeter à superior apreciação de V.Sas., o Relatório sobre os Procedimentos Contábeis e de Controles Internos, em conexão com os exames das demonstrações contábeis em 31.12.2020, do Plano de Benefícios e Gestão Administrativa.

Nossos testes e exames, bem como nossas observações, foram efetuados com base em trabalhos usuais de auditoria; cumpre-nos, portanto, ressaltar que as deficiências, ora apontadas, foram apuradas em exames efetuados por amostragem, o que submete a providências compatíveis todos os demais casos, porventura existentes.

Este documento é de informação e de uso exclusivo dos Administradores do **GASIU** e, devido ao seu propósito específico, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar PREVIC, não devendo ser utilizado por terceiros, alheios à definição dos procedimentos de revisão aplicados e a sua suficiência para os fins a que se destina.

Nesta oportunidade, registramos nossos agradecimentos pelo atendimento dispensado aos nossos auditores, no decorrer dos trabalhos.

Atenciosamente,

FERNANDO MOTTA AUDITORES

CRCMG – 757/O – F – RJ

Luiz Alberto R. Mourão
Contador – CRCRJ – 46.114/O

INTRODUÇÃO

Em atendimento ao requerido pela Instrução Previc nº 3, artigo 7, inciso II, apresentamos nosso relatório circunstanciado sobre as deficiências de controles internos identificadas e as respectivas recomendações, em consonância a Norma de Auditoria – NBC TA-265, Comunicação de Deficiência e Melhoria de Controle Interno.

Este documento se desdobra em duas Seções:

- I. Descumprimento de Normas Regulamentares; e
- II. Revisão de procedimentos e controles contábeis e testes de aderência e conformidade, relacionados às Políticas de Investimentos e Resolução nº4.661/2018.

Apresentamos as descrições dos aspectos relevantes de controles internos, acompanhados dos procedimentos de auditoria considerados apropriados para emissão do relatório, sem modificação, sobre as demonstrações contábeis, de 31.12.2020.

Ressaltamos que, de acordo com as normas vigentes, a Administração é responsável pela adoção de procedimentos e controles suficientes para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Avaliação do Ambiente de Controle

O ambiente de controle é um dos pontos fortes para a assecuração dos objetivos da Entidade; nesse sentido, destacamos a importância da Governança Corporativa não apenas por disciplinar as relações entre o Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, mas por assegurar que os princípios éticos estão presentes e evidenciados nos atos deliberados, conforme registro em Atas de Reuniões dos Conselhos, Diretoria e Comitês.

As boas práticas de governança corporativa implementadas possibilitam uma gestão profissionalizada e transparente, reduzindo a assimetria informacional, buscando convergir os interesses das partes interessadas, maximizar os resultados e reduzir o risco de imagem.

Testes de Observância – Estrutura de governança corporativa

Os resultados apurados:

- a) Os órgãos estatutários conhecem sua responsabilidade e hierarquia da Entidade, têm ciência dos limites da sua autoridade e comprometimento com a ética e integridade;
- b) Tratamento equânime aos participantes ativos, assistidos e aos patrocinadores;

- c) Reconhecimento de que os fatos relevantes devem ser divulgados tempestivamente; e
- d) Conformidade na segregação de funções e responsabilidades entre os Conselhos e Diretoria Executiva, estratégia e monitoramento; plano tático, efetividade de controles internos e gerenciamento de riscos, adequados a estrutura organizacional fiscalização e oportunidade de melhorias.

Evidência de Auditoria do Ambiente de Controle

- ✓ Organograma atualizado;
- ✓ Estatuto;
- ✓ Certificação Técnica de Dirigentes;
- ✓ Acompanhamento do desempenho dos investimentos;
- ✓ Execução e Acompanhamento Orçamentário;
- ✓ Inter-relacionamento com a Auditoria Externa;
- ✓ Gestão de Risco Financeiro: Mercado, Crédito e de Liquidez;
- ✓ Relatórios Gerenciais – Administrativo – Seguridade – Investimentos;
- ✓ Sistema contábil – adequação ao plano de contas padrão; tratamento contábil adequado e históricos concisos e claros; e
- ✓ Nível de segregação adequada ao porte da Entidade e estrutura organizacional;
- ✓ Atas de Reuniões de Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal

SEÇÃO I – DESCUMPRIMENTO DE NORMAS REGULAMENTARES

Não tomamos conhecimento de descumprimento de normas regulamentares, no curso de nossos trabalhos.

SEÇÃO II – REVISÃO DE PROCEDIMENTOS E CONTROLES CONTÁBEIS E TESTES DE ADERÊNCIA RELACIONADOS ÀS POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS E RESOLUÇÃO Nº4.661/2018

No decorrer de nossa visita, referente à data-base 31.12.20, efetuamos a validação dos saldos contábeis e avaliação da efetividade dos controles internos. Verificamos cumprimento de normas legais e regulamentares. As seguintes rubricas contábeis foram objeto de nossos exames:

1. Disponível - Bancos - Conta Movimento

Apresentava um montante de R\$304.327, cujos saldos foram conciliados com as respostas de circularizações das Instituições Financeiras, abaixo demonstrado:

	<u>Contabilidade</u>	<u>Circularização</u>	<u>Diferença</u>
• Itaú Ag. Mayrink Veiga	96.955	96.955	-
• Itaú – Conta Investimentos	130.451	130.451	-
Soma – R\$1	<u>227.406</u>	<u>227.406</u>	<u>-</u>

Procedimentos de Auditoria:

- Em relação às contas correntes bancárias:
 - a) Revisão analítica dos saldos;
 - b) As conciliações são preparadas, mensalmente, em formulários apropriados, contendo detalhes suficientes, quanto à natureza da pendência, valor, data da pendência e da regularização;
 - c) Confronto entre os saldos contábeis e respostas de circularização, na data de 31 de dezembro de 2020.

Conclusão:

Não foram identificadas exceções que possam causar distorções significativas na posição patrimonial e financeira da Entidade e comprometer as informações apresentadas nas demonstrações contábeis.

2. Realizável - Gestão Previdencial

	<u>31.12.20</u>
Recursos a receber	
Contribuições no mês	
• Patrocinadores	332.124
• Participantes	<u>16.004</u>
Soma – R\$1	<u><u>348.128</u></u>

Procedimentos de Auditoria

- Confronto dos registros contábeis com os registros extracontábeis. As apropriações mensais estão adequadas conforme o regime de competência, as liquidações subsequentes foram confirmadas;
- Confronto dos controles de arrecadação (Patrocinador) x demonstrativo das contribuições, bem como a adequação dos registros contábeis na conta de resultado, de acordo com o regime de competência; e
- Circularização da Patrocinadora e confronto da resposta com os respectivos registros contábeis, sem registros de divergências.

Conclusão:

Não foram identificadas exceções que possam causar distorções significativas na posição patrimonial e financeira da Entidade e comprometer as informações apresentadas nas demonstrações contábeis.

3. Exigível Contingencial / Depósitos Judiciais

31.12.20

Contingências Previdenciais 169.916

Provisão constituída com base em três processos judiciais em andamento, sendo dois de natureza trabalhistas/previdencial e um processo cível, todos classificados pelo Escritório Jurídico de perda provável.

Por decisão judicial os processos estão amparados por depósitos judiciais, as respostas de circularização do escritório judicial, patrono das ações, confirmam os valores registros na contabilidade.

Conclusão

Não foram identificadas exceções que possam causar distorções significativas na posição patrimonial e financeira da Entidade e comprometer as informações apresentadas nas demonstrações contábeis.

4. Realizável - Gestão Administrativa

31.12.20

Adiantamentos

- | | |
|------------------------------|---------------|
| • Adiantamento de Salários | 2.367 |
| • Plano de Saúde a Apropriar | 12.773 |
| | 15.140 |

Verificamos os controles internos relativos aos adiantamentos concedidos aos funcionários e não identificamos exceções.

5. Realizável – Investimentos

Os investimentos do Gasius podem ser assim resumidos:

Alocação	31.12.20
<u>Títulos Públicos Federais</u>	
NTN-B	260.202.064
<u>Ações</u>	
Instituições Financeiras	11.727.679
Cias Abertas	45.191.608
Subtotal	56.919.287

REL-21/033

<u>Fundos de Investimento</u>	
Fundos de Renda Fixa	85.137.890
Fundos de Investimentos em Ações	57.241.045
Fundos de Investimento Multimercados	37.016.778
Subtotal	<u>178.395.713</u>
<u>Investimentos Imobiliários</u>	29.768.446
<u>Empréstimos e Financiamentos</u>	<u>5.442.273</u>
Soma – R\$1	<u>531.727.783</u>

5.1 Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Examinamos a carteira de Títulos e valores mobiliários, atestando a devida conciliação das posições físicas com os extratos de custódia correspondentes (SELIC – Títulos Públicos, CETIP – Cotas de Fundos de Investimentos e B3 - Ações) e não encontramos divergências.

Verificamos a movimentação ocorrida no período e respectivo tratamento contábil, bem como, a adequada adoção do regime de competência e apropriação dos rendimentos ao resultado. Não constatamos distorções significativas

5.2 Adequação dos controles da Entidade à RES CMN 4.661/18

Revisamos os controles e observamos o monitoramento de enquadramento dos investimentos da entidade. Os relatórios de Compliance e Risco elaborados pela consultoria de Investimentos constataram os seguintes desenquadramentos, comparados com o limite mínimo estabelecido na Política de Investimento.

Alerta: No fechamento de dezembro, a EFPC possuía ativos sem ISIN através dos fundos RIO BRAVO CRED PRIV FI RF e SANTANDER FI MASTER RF CRED PRIV LP. Estando assim, em desconformidade com a Resolução CMN nº 4.661, Capítulo III, Art. 18 "Os ativos financeiros devem ser identificados pelo código ISIN - Internacional Securities Identification Number".

A Consultoria Aditus elabora, mensalmente, relatórios para verificação da ocorrência de eventuais desenquadramentos em relação ao determinado pela legislação, nos investimentos feitos pela entidade. Na eventualidade de ocorrência de desenquadramentos, a área de investimentos envia, imediatamente, e-mail à diretoria relatando o ocorrido bem como faz contato com o gestor do fundo de investimento, com vistas a identificar o ocorrido e pedir imediata correção.

Ressaltamos que não foram identificados desenquadramentos à Resolução CMN 4.661/2018 ou à Política de Investimentos vigente.

5.3 Investimentos Imobiliários

Dentre as alterações trazidas pela resolução citada no item anterior, destacamos o disposto no Art. 37, § 5º: A EFPC pode manter investimentos em imóveis em até doze anos, a contar de 29/05/2018.

Especial atenção e monitoramento constante do comportamento do mercado imobiliário, dentro do prazo estipulado, será de grande valia para a tomada de decisão, a fim de obter o melhor retorno possível para o plano, considerando as opções apresentadas nesse dispositivo: *“alienar o estoque de imóveis ou constituir um Fundo de Investimento Imobiliário para abrigá-los”*

Observa-se a adoção da prática de reavaliar os imóveis a cada 3 anos, conforme facultado pela legislação vigente, procedendo a depreciação mensal conforme indicativo de vida útil constante nos respectivos laudos de reavaliação. A última reavaliação foi realizada em 2019

5.4 Operações com Participantes – Empréstimos

	<u>31.12.20</u>
Empréstimos simples	
EMPRÉSTIMOS – SALDO ATUALIZADO	5.568.751
EMPRÉSTIMOS – VALORES A RECEBER	3.131
EMPRÉSTIMOS – PROVISÃO P/PERDAS	<u>(129.609)</u>
Soma – R\$1	<u>5.442.273</u>

Destacamos que:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída com base no critério estabelecido na IN SPC 34/2009;

Conclusão

Não foram identificadas exceções que possam causar distorções significativas na posição patrimonial e financeira da Entidade e comprometer as informações apresentadas nas demonstrações contábeis.

6. Exigível Operacional - Gestão Previdencial

	<u>31.12.20</u>
Retenções a recolher	
• Retenções a Recolher (a)	169.348
• Outras Exigibilidades (b)	90.396
Soma – R\$1	<u>259.744</u>

(a) Refere-se o Imposto de renda retido sobre os benefícios e abono pagos em dezembro/20, constatamos a liquidação subsequente dos mesmos.

(b) Referem-se à Disponibilização em juízo de Pecúlio por Morte, originalmente classificados como contingências, reclassificados para o exigível operacional da Entidade devido à natureza. Estes pecúlios encontram-se depositados judicialmente, registrados na rubrica 1.2.1.5.

7. Exigível Operacional - Gestão Administrativa

	31.12.20
Contas a Pagar (a)	
• Salários a Pagar	-
• Provisão de férias e encargos	81.162
	81.162
Retenções a Recolher (b)	
• IRRF a Recolher	6.081
• INSS a Recolher	12.224
• FGTS a Recolher	4.124
• CSLL/COFINS/PIS – Prestadores de Serviços	872
	23.301
Tributos a recolher (c)	
• PIS a recolher	2.035
• COFINS a Recolher	12.524
	14.559
Outras Exigibilidades	12.450
Soma – R\$1	131.472

(a) Verificamos os relatórios bases para as provisões de férias e não identificamos exceções.

(b) Constatamos recolhimento das retenções através do extrato bancário; e

(c) Constatamos recolhimento dos tributos através do extrato bancário;

8. Exigível Operacional - Investimentos

Saldo contábil de R\$1.479 referentes ao provisionamento do IOF sobre as operações de empréstimos. Verificamos a liquidação dos mesmos em janeiro de 2021.

9. Patrimônio Social

	<u>31.12.20</u>
Provisões matemáticas	
<u>Benefícios concedidos</u>	
• Benefício Definido	<u>427.616.551</u>
<u>Benefícios a conceder</u>	
• Benefício definido estruturado em regime capitalização Programado	16.773.406
• Benefício definido estruturado em regime capitalização Não Programado	<u>127.118</u>
	<u>444.517.075</u>
Equilíbrio Técnico	
• Reserva de Contingência	75.838.963
	<u>75.838.963</u>
Total Patrimônio de cobertura do Plano- R\$1	<u>520.356.038</u>

Fundos

<u>Fundos Previdenciais</u>	
• Fundo Atuarial de Benefícios Bloqueados	886.345
<u>Fundos Administrativos – PGA</u>	
• Fundo Administrativo	10.388.472
<u>Fundos dos Investimentos</u>	
• Fundos de Cobertura Empréstimos	<u>353.710</u>
Total -Fundos R\$1	<u>11.628.527</u>

Análise de Suficiência dos Recursos Garantidores

	Em 31.12.20	Em 31.12.19
Total recursos garantidores	532.154.481	543.573.187
Total Provisões Matemáticas	<u>444.517.075</u>	<u>424.010.848</u>
Solvência / (Insolvência)	<u>87.637.406</u>	<u>119.562.339</u>
Solvência / (Insolvência) Índice	1,20	1,28

O saldo contábil do Patrimônio Social condiz com o parecer atuarial enviado pelo consultor externo da entidade.

Verificamos:

- Que as provisões matemáticas estão acobertadas pelos Investimentos, conforme acima demonstrado;
- E que o valor registrado na Reserva de Contingência encontra-se de acordo com o limite legal vigente.

10. Revisão Analítica das Contas de Resultado

Analizamos as variações relevantes e matérias ocorridas no exercício e não encontramos distorções significativas.

11. Mudança tratamento contábil para o exercício de 2021

A remuneração dos membros do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal, a partir de janeiro de 2021, passam a ser pagos no mês de competência, e não mais no mês seguinte ao mês de competência.

Desta forma, as despesas são reconhecidas no mês de competência e liquidas também, no mês de competência.

* * *